



**ATA N.º 1/2021**

**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**

**Local:** Realizada por Videoconferência

**Data:** 26/02/2021.

**Iniciada às 18,00 horas e encerrada às 19,50 horas.**

**I. Apreciação e votação da ata da sessão anterior**

**II. Período antes da "Ordem do Dia"**

**III. Período da "Ordem do Dia":**

- a) **Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013)**
- b) **Declarações dos Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em Atraso, existentes em 31 de dezembro de 2020**
- c) **Informação dos Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos (Lei n.º 8/2012), aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária de 20/11/2017**

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** Rui Miguel Bonito Vitorino

**Primeiro-Secretário:** Dimas Joaquim Canhão Ferro

**Segundo-Secretário:** Vanda Raquel Segurado Ramalho

**Membros:** Francisca Maria Rosado Silva Sousa

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Rui Manuel Chilrito Pereira

Vítor Hugo Segurado Dias

José Manuel Matrola Pinto

Luís Carlos Barreto Rodrigues

Olga Manuela Leandro Rosinha Mendes

José Pedro Pires dos Reis



António José Lucena Dias  
Catarina Ascensão Silva Marques  
Agostinho dos Santos Pardal  
Rui Miguel Rocha Passinhas

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Granja:** Vera Lúcia Bragança Galhofas Caeiro

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Luz:** Sara Maria Vidigal Correia

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Mourão:** José Duarte Costa Franco

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Rui Miguel Bonito Vitorino**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, é obrigatório a realização, no mês de **fevereiro** de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- Mais referiu o **Senhor Presidente da Mesa** que as sessões continuam a ser por Videoconferência devido ao estado de emergência em que se encontra o país e que hoje foi renovado por mais 15 dias. Sessão foi convocada para ser por videoconferência devido à situação da pandemia que continuamos a viver. O concelho de Mourão passou uma fase bastante complicada que felizmente está quase ultrapassada. Voltou agora a haver um caso, mas espera-se que não se volte a repetir a situação da anterior vaga. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou também o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediu substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Deputado Municipal **José António Gomes Domingues**, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **José Pedro Pires do Reis**. -----

--- Considerando que o mesmo foi notificado nos termos legais e regimentais, e estando presente na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciou aquele, imediatamente, as suas funções como Deputado Municipal. -----



--- Feita a chamada, verificando a existência de quórum, com a presença de todos os membros, **o Senhor Presidente da Mesa** declarou abertos os trabalhos. -----

--- Devido ao facto sessão da AM ser por Videoconferência o Público não consegue ter a palavra, mas a mesma está a ser gravada em vídeo e depois será disponibilizada nas redes sociais do município. Disponibilizei em email, mas não existiu nenhuma pergunta a colocar ao executivo. -----

--- Como ponto prévio **o Sr. Presidente da Assembleia** informou que pediu aos serviços de apoio para vos fazer chegar os seguintes emails:

"1 - Formação certificada, à distância via Zoom:

*Eleições Autárquicas - Aspetos Fundamentais - 15 a 31 de Março*

*Propaganda Gráfica, Afixação e Remoção - 12, 13 e 14 de abril.*

*VotedHR - Eleições, Democracia e Direitos Humanos;*

## 2 -INQUÉRITO DIRIGIDO AOS MEMBROS DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

*Uma parceria entre a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB), o Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa) e o Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP-FDUL), e conta com o apoio institucional da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).*

*O inquérito é dirigido aos membros das Assembleias Municipais e tem 2 objetivos:*

*1. Auscultar as perceções e experiências dos membros das Assembleias Municipais sobre a relação entre executivo e oposição e o grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição;*

*2. Avaliar o impacto da pandemia Covid-19 no funcionamento da democracia local, em geral, e das Assembleias Municipais, em particular;*

*3 - O Centro Ciência Viva de Estremoz é uma instituição sem fins lucrativos com a missão de divulgar a Ciência e a Tecnologia, mediante a promoção de ações de desenvolvimento da Cultura Científica e Tecnológica junto da população, em especial, junto da comunidade juvenil. Esta instituição integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva e conta com a coordenação científica da Universidade de Évora. Reencaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal, para todos os membros do executivo camarário, para os membros do conselho Municipal de Juventude e para todas as entidades na área da cultura, educação e juventude do concelho;*

## 4 - ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais

*Artigos incluídos na Revista publicada em parceria com a AEDREL, com os seguintes títulos:*

*O orçamento das assembleias municipais de MANUEL FERREIRA RAMOS (Revista das Assembleias Municipais nº.11)*

*O Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais e as reuniões das assembleias municipais de ANA F.NEVES (Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais. Nº.15 - Julho/Setembro 2020)*

*A competência da assembleia municipal ao nível da inscrição de dotações no orçamento municipal de HUGO FLORES DA SILVA (Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais. Nº.15 Julho/Setembro 2020);*

*5 - Fórum TSF: As autárquicas devem ser adiadas por causa da pandemia?;*

## 6 - ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais



A ANAM, reuniu com o Presidente da CCDR Alentejo, Dr. António José Ceia da Silva. Anexo: o comunicado com os assuntos que foram abordados e o documento Alentejo 2030 "Desafiar o Futuro" – ESTRATÉGIA REGIONAL;

7 - Síntese Jurídica e Clipping de Notícias da ANAM;

8 - Reencaminhado para o Agrupamento de escolas o Fw: 7.º Concurso de Flauta de Bisel "Município de Redondo".

## I – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

--- O **Senhor Presidente da Mesa**, lembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata, que no caso é a Senhora Deputada Municipal Olga Manuela Leandro Rosinha Mendes. -----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 5/2020, correspondente à quinta sessão ordinária de 2020 da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 18 de dezembro de 2020, por Videoconferência. -----

--- Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 5/2020, a qual foi **aprovada por unanimidade**. - -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

## II – PERÍODO DE ANTES DA "ORDEM DO DIA".

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** lembrou o tempo de cada FORÇA POLÍTICA (minutos) com base no n.º 2 Art.º 55.º do Regimento, assim distribuído: -----

PS 23 min

PPD/PSD 17 min

CDU 5 min

CDS/PP-MPT-PPM 5 min

CÂMARA MUNICIPAL 10 min

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para intervenção neste período, tendo pedido a palavra e intervindo: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para apresentar uma recomendação, que abaixo se transcreve, sobre o Mercado Municipal de Mourão, referindo que o seu título é auto-explicativo do que se pretende com a mesma. A recomendação visa uma requalificação do próprio espaço em si, conferindo-lhe mais dignidade e tornando-o mais agradável para



*[Handwritten signature]*

estimular quer os compradores quer os vendedores. A recomendação refere também um conjunto de circunstâncias que gostariam que fossem alvo de intervenção para a reabilitação integral daquele equipamento. Colocou-se depois à disposição para prestar alguns esclarecimentos sobre a recomendação. De seguida colocou também as seguintes questões à Sr.<sup>a</sup> Presidente: -----

1 - *Dado o regresso ao ensino não presencial e o drama que isso representa a nível de gestão logística, questiono que articulação existiu entre o executivo e o agrupamento de escolas no sentido de sanarem as necessidades de equipamentos informáticos ou que soluções foram debatidas para a distribuição das refeições escolares?*

2 - *Qual é a proposta da Câmara para o Plano de Recuperação e Resiliência para o concelho? Como é que se procederá a divisão de verbas? Qual a metodologia em concreto para a distribuição dos valores em causa? E esta gestão será feita pela CIM ou pelo próprio Governo? É importante salvuardarmos os interesses da nossa comunidade, a nível do concelho e das suas freguesias. Como contributo para este Plano destacamos projetos que estejam relacionados com a habitação, a segurança, o desporto e juventude, o turismo e a atração de investimento.*

3 - *Qual o ponto de situação, neste momento, a nível da execução das verbas alocadas ao Fundo de Emergência Municipal?*

4 - *Como será do vosso conhecimento, o PSD visitou a GNR, destacando-se após a devida conversação com o respetivo comandante de posto, a imperativa necessidade de estarem ao serviço novos veículos todo-o-terreno para colmatar as constantes avarias dos atuais automóveis com décadas de utilização. Pergunto se executivo tem pautado a sua atuação pela pressão política junto do MAI para que isto seja uma realidade?*

5 - *O PSD realça também a questão que se cruza com a extensão de saúde da Granja e as suas condições estruturais manifestamente insuficientes e pouco dignas. Além disso, a nível da cobertura médica no que toca a cuidados, a resposta que tem sido dada à população, grande parte envelhecida, é muito débil. Que conversações tem mantido o executivo com a tutela ou ARS Alentejo?*

6 - *Por fim, questiono a Sr.<sup>a</sup> Presidente em relação aos apoios extraordinários que equaciona atribuir ao movimento associativo cultura e desportivo do concelho?" -----*

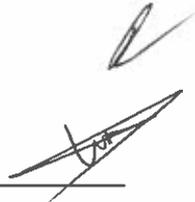
**"PROJETO DE RECOMENDAÇÃO**

*Melhorar a atividade, usufruto e acesso ao Mercado Municipal*

**Considerando que:**

*A dinamização da economia local é determinante para a melhoria do bem-estar das populações.*

*Cabe aos órgãos municipais, no âmbito das suas competências, responder afirmativamente às reivindicações e aspirações da população, promover a mobilidade e o usufruto dos equipamentos públicos.*



O PSD, após visita ao Mercado Municipal, no passado dia 13 de Fevereiro, e em resultado das inquietações manifestadas pelos comerciantes, mas também pela visualização dos espaços, destaca a preocupante degradação do edifício, assim como o desconforto e ausência de equipamentos de armazenamento que têm, em última instância, precipitado uma procura cada vez menor por parte de clientes e vendedores.

Entre a água da chuva em pleno inverno, colocando em causa a segurança de pessoas e bens, além do conseqüente impacto visual negativo, assim como a máquina de gelo que não funciona há meses, torna-se evidente que é necessário olhar para este equipamento sob uma nova perspetiva que antecipe, com carácter de urgência, a sua reparação e requalificação.

Acreditamos que o Mercado Municipal necessita de ser um local mais funcional, com melhores condições de trabalho, de higiene e segurança, assim como um espaço mais agradável e apelativo para os seus visitantes, sendo que desta forma, beneficiará a própria dinamização do comércio local e a promoção do emprego.

**Assim, a Assembleia Municipal de Mourão, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Fevereiro, recomenda ao Executivo da Câmara Municipal de Mourão:**

- 1) O início dos procedimentos que possibilitem a execução de obras de recuperação e melhoramento; e a reabilitação da infraestrutura para outras iniciativas complementares que rentabilizem este espaço emblemático da nossa vila.
- 2) Que as intervenções contemplem genericamente os seguintes aspetos:
  - a. Reabilitação integral do espaço destinado a bancas de fruta e legumes;
  - b. Criação de novos espaços para albergar condignamente as bancas de charcutaria e miúdos;
  - c. Construção de uma instalação sanitária para pessoas de mobilidade condicionada;
  - d. Repavimentação do espaço de peixaria
  - e. Renovação das instalações sanitárias;
  - f. Pintura de todos elementos exteriores e interiores; arranjo exterior geral do Mercado.

Mourão, 26 de Fevereiro de 2021

**Pelos eleitos pelo PSD"**

--- O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira começou por agradecer a todos funcionários dos lares do concelho pelo esforço desenvolvido no combate à pandemia que os assolou em dezembro e janeiro, que chegaram a trabalhar quinze dias seguidos, aos bombeiros de Mourão que não regatearam esforços, à proteção civil e ao Executivo pela rapidez com que conseguiram arranjar soluções e alternativas com condições, aos médicos e enfermeiros e todos os outros que não mencionou mas que foram igualmente importantes, e enviou um abraço de solidariedade aos familiares das vítimas que infelizmente vieram a



ocorrer no concelho. Deu depois a seguinte informação: "correu termos no Juízo de Competência Genérica de Reguengos de Monsaraz um processo singular no qual ele e o Sr. Agostinho Pardal foram arguidos, em que era assistente no processo o Sr. José Francisco Rocha Ramalho, em que eram acusados de crimes de injúria agravada, tendo o processo transitado em julgado dia 1 de setembro de 2020 com a absolvição dos arguidos em todos os crimes de que eram acusados".

Seguidamente referiu que embora isso seja permitido, a moção chegou em cima da hora, o que vem sendo hábito, sendo que é difícil o grupo municipal do PS reunir e apreciar, pelo que agradece o envio com mais antecedência. A moção já vem tarde pois têm sido feitas obras e melhoramentos no Mercado Municipal. O Município está atento às necessidades dos comerciantes e dos utentes do Mercado tanto que já tem previsto no orçamento uma verba para manutenção e conservação do edifício de 10.000 euros. A requalificação do Mercado Municipal já está sinalizada junto da CCDRA como uma obra a incluir no próximo quadro comunitário. Finalmente referiu que conta com o voto favorável do PSD para o orçamento que tenha verbas e preveja a realização daquela requalificação.

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Passinhas** começou por referir que é mais uma sessão nos mesmos moldes e realçou que vai ter que se viver com esta realidade, mas também é necessário começar a abrir a economia pois os empresários estão a sufocar e não aguentam muito mais. Tem que se aprender a viver com esta realidade pois a situação está para durar. Seguidamente referiu que embora o assunto já esteja mais que falado, não deixa de voltar a alertar para a situação em que se encontram as estradas. Foi aqui dito pelo colega Rui Pereira que o Executivo é competente e está atento, que há verbas para reparações, etc, mas o certo é que na parte das estradas que são da responsabilidade municipal as coisas não funcionam. Foram agora colocados uns sinais de perigo e limitadores de velocidade e tapados alguns buracos, com gravilha solta que rapidamente salta e vai para as valetas. Há agora também a intervenção na ponte da estrada Mourão-Póvoa de S. Miguel porque mexe com os dois concelhos, pois nas outras que são só do concelho de Mourão e com a EDIA nada é feito e respostas se as há não se tem conhecimento delas. As estradas de Galeana, da Ameada e de Valencita estão uma miséria. Na Informação da Sr.<sup>a</sup> Presidente descrevem-se pedidos e reuniões com técnicos sobre muitos assuntos, mas sobre as estradas não se vê nada. Se o Município não tem condições para sozinho fazer as obras terá que se bater à porta de quem possa ajudar, pois não é com remendos que a situação se resolve. As verbas são orçamentadas, mas não se sabe para onde vão pois para a freguesia da Granja não têm de certeza ido. Fica mais uma vez o alerta. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Pinto** para colocar as seguintes questões:

- Por que motivo o Sr. João Fortes só há duas horas mandou a moção? -----



- Alertou o colega que há pouco criticou o Sr. João Fortes por ter enviado a moção sobre o Mercado tão tarde, que já lhe aconteceu ter recebido documentos da Câmara fora de prazo. Temos de nos lembrar que quando o telhado está a desabar a chuva cai em cima de todos. -
- Para quando está prevista a conclusão das obras do Cine-Teatro? -----
- Que tipo de intervenção foi feita no Lar da Misericórdia de Mourão? -----
- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Dias** para perguntar para quando está previsto o início das obras de Requalificação do Largo 25 de abril, na Granja? -----
- Não havendo mais intervenções **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a recomendação apresentada pelo PSD "*Melhorar a atividade, usufruto e acesso ao Mercado Municipal*", a qual foi **recusada, por maioria**, com oito votos a favor, uma abstenção do senhor Deputado Municipal José Pinto e nove votos contra dos Senhores Presidente e primeiro e segundo secretários da Mesa e dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, Olga Mendes, António Dias, Agostinho Pardal, Vera Caeiro e José Franco. -----
- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum deputado pretendia apresentar declaração de voto, tendo sido apresentadas as seguintes: -----
- Do **Senhor Deputado Municipal João Fortes**: "*A apresentação desta recomendação demonstra bem o trabalho que tem sido desenvolvido pelo PSD. Um trabalho de proximidade, que se preocupa em ouvir as pessoas e se preocupa em saber onde há necessidade de fazer intervenções. Por outro lado, o sentido de voto do PS demonstra o quão o partido está fechado e enclausurado, e que pensam que estão a fazer o suficiente para a conservação daquela infraestrutura, mas o certo é que depois de se ouvir as pessoas se chegou à conclusão que muito há a fazer para melhorar o seu funcionamento e desempenho em prol dos munícipes.*" -----
- Do **Senhor Deputado Municipal Rui Pereira**: "*A Recomendação do PSD, pode ser pertinente, mas para além de desajustada, já vem tarde uma vez que no orçamento para 2021, contra o qual votaram, estão inscritos 10.000€ para melhoramentos no edifício e reparação de equipamentos. Nos últimos 2 meses têm sido feitas melhorias no edifício do mercado municipal nomeadamente reparação de paredes, pinturas e manutenção do telhado. É incompreensível o PSD vir agora recomendar a requalificação de um espaço que tem verba inscrita no documento contra o qual votaram. Como deveriam também saber os proponentes desta recomendação, a legislação obriga a ter uma entrada e uma saída autónomas, o que não é possível naquele edifício daí não ser viável a requalificação do mercado. Assim o executivo optou pela obra da Biblioteca, e o projeto de requalificação do mercado foi sinalizado na CCDRA, como obra a incluir no próximo quadro comunitário, como obra de raiz, no valor de 400.000€.*" -----
- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta prestou os seguintes esclarecimentos:
- Como não conseguiu ouvir com a qualidade desejada a intervenção do Sr. Deputado João Fortes solicita que seja relevada alguma discrepância nas suas respostas às perguntas feitas pelo mesmo; -----



- Os equipamentos que foram adquiridos ficarem sob a gerência da Escola e distribuídos pela mesma aos alunos mais necessitados, sucedendo o mesmo com os que foram distribuídos pelo Ministério da Educação; -----
- Estão a ser confeccionadas cerca de 48 refeições em Mourão e 2 na Luz, às crianças dos escalões A e B, em que os pais manifestaram esse interesse; -----
- O Plano de Recuperação e Resiliência está a ser monitorizado pela CCDRA, que já questionou o Município acerca das suas necessidades a nível de habitação, tema que será prioritário, sem descurar outras áreas como a segurança, o desporto ou as estradas. Foi também enviada para a CCDRA a informação que o Município já dispõe no âmbito do programa 1.º Direito que está a ser implementado; -----
- Sobre o nível de execução do Fundo de Emergência Municipal há que realçar que face ao surto que se verificou no Lar de Mourão houve a necessidade de reforçar o mesmo. Não estão ainda apurados os valores finais, mas é certo que foi atribuído um apoio inicial ao Lar de 43.000 euros e posteriormente um reforço de 10.000. Há a acrescentar o valor pago à Casa Esquível do alojamento dos utentes que testaram sempre negativo, a desinfeção do Lar e da Casa Esquível, transporte de trabalhadores de Vila Viçosa, etc. Foi também aberto o período de apresentação de candidaturas para apoio às famílias para os meses de janeiro e fevereiro, que vai ser alargado para os meses de março e abril. Embora o apoio se dirija às famílias tem-se verificado que os pedidos apresentados são de pessoas que sendo famílias são também empresas, como é o caso dos cabeleireiros e esteticistas; -----
- Das reuniões que tem tido com a GNR sobre diversos temas como a gestão de recursos humanos e/ou segurança do concelho em geral, nunca lhe foi colocada a situação de necessidade de uma viatura todo-o-terreno, portanto não poderia de forma alguma também ela solicitar isso junto da tutela; -----
- Ainda antes da situação de pandemia esteve na extensão de Saúde da Granja com técnicos da ARS onde ficou acordado que o Município se comprometia com os encargos de mão-de-obra ficando aquela entidade de desenvolver o processo que levasse à execução das obras necessárias. Estão agora dois médicos de serviço no Centro de Saúde de Mourão instalados em casas disponibilizadas pelo Município, um em Mourão e uma na Luz, tendo ambos manifestado recetividade ao reinício de consultas nas freguesias; -----
- Embora apenas haja um caso ativo de Covid-19 no concelho, em que todos os contactos testaram negativo, não se pode baixar a guarda ou aliviar as regras de prevenção e contenção da pandemia, pois a qualquer momento pode surgir um surto; -----
- Ninguém mais que ela se preocupa com a situação das estradas, pois é a responsável se algum acidente acontece. Se o Município tivesse condições já teria resolvido o problema pois qualquer Executivo gostaria de ver resolvidos problemas que a todos afetam e que dão visibilidade das obras feitas. Mas o Município tem de cumprir regras de endividamento sob



pena de responsabilidades financeiras, sendo que se houver alguma hipótese de candidatura, as estradas serão a prioridade do Executivo. Tem plena consciência do problema no concelho e em especial na freguesia da Granja, mas sem financiamento o Município não tem capacidade financeira para tais investimentos. Neste último quadro comunitário não houve apoios para a construção ou reparação de estradas, e este é um problema de todos os Municípios, que sempre se levanta em todas as reuniões ou encontros com os responsáveis do Governo, mesmo os Municípios de maior dimensão. -----

- Na Ponte da estrada Mourão-Póvoa de S. Miguel não estão a ser feitas obras, mas sim uma prospeção, tal como o LNEC fez na ponte da Ameada, e quando houver resultados se decidirá, mas o certo é ter de ir bater à porta de alguém, sabendo-se que quando a responsabilidade é dos Municípios essa porta tem estado sempre fechada. Se desta prospeção resultarem orçamentos elevados, como é de esperar, o Município não tem capacidades para fazer as obras e se não houver apoio do estado poderá ter de se recorrer ao corte do trânsito nalguma daquelas obras de arte; -----

- A conclusão da obra de Requalificação do Cine-Teatro de Mourão está prevista que aconteça até final do corrente ano. Para além do atraso provocado pela situação de pandemia, esta obra teve também o problema da substituição da cobertura que no projeto inicial não estava prevista e teve de ser feito novo procedimento de adjudicação dos trabalhos, para os quais felizmente se obteve financiamento. -----

- Ainda não há previsão de inicio das obras de Requalificação do Largo 25 de abril, na Granja, pois foi feita uma candidatura conjunta tentando também englobar a Igreja da Misericórdia, que não foi aprovada por ter sido considerada reabilitação urbana e não do património, que era a medida que poderia ser apoiada. -----

### **III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**

#### **a) – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO (ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)**

--- Recordou o **Senhor Presidente da Mesa** que a Sr.ª Presidente tem 10 minutos para apresentar cada ponto e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas. No final a Sr.ª Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo esta remetido, no geral, a sua comunicação para a Informação, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número um**), ficando a fazer parte integrante desta ata, e prestado ainda as seguintes informações adicionais, colocando-se depois à



disposição para prestar os esclarecimentos que os Senhores Deputados Municipais considerem pertinentes: -----

- Nos quase oito anos que tem de presidência do Município, o surto de Covid-19 no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Mourão foram os dias mais difíceis do seu mandato, ainda pior que o chumbo do FAM que comparado com esta situação nada chega. Teve-se conhecimento da existência de dois casos ativos no dia 21 de dezembro de 2020, e depois dos testes no dia 23 já havia quase trinta casos. Foram dias bastantes difíceis pois se um surto nunca é bom nos dias de Natal mais agrava a situação, quer a nível das famílias por ser a época que é, quer ao nível dos colaboradores. Só depois do ano novo se conseguiram outros apoios como foi o caso das equipas da Cruz Vermelha que antes já estavam comprometidas com a ajuda a surtos noutros Lares do distrito; -----

- O Sr. Deputado José Pinto perguntou que obras foram feitas no Lar. O apoio do Município não foi para obras, mas sim para recrutar trabalhadores, adquirir equipamentos e mobiliário, produtos de higiene e limpeza, equipamentos de proteção individual, etc; -----

- Os utentes e colaboradores dos Lares da Granja e da Luz já levaram as duas tomas da vacina contra a Covi-19, e no Lar de Mourão já têm a 1.º toma os três utentes que testaram sempre negativo e dezasseis trabalhadores, o que dá um pouco de tranquilidade, mas não de descanso pois podem vir a ser infetados. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi concedida: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Pinto** para informar que como lhe chamaram a atenção da última vez para a qualidade do seu aparelho, investiu, sozinho, num equipamento novo que permite assim assistir às sessões da Assembleia com a melhor qualidade. Seguidamente referiu que se fala muito nos que estão na linha da frente e não se fala dos que estão atrás. Todos estamos na mesma equipa, uns de uma maneira e outros de outra. Lembrou que quando se participa nestas reuniões todos devem estar ativos e está a constatar que há pessoas que não estão a ligar nada a isto. Finalmente referiu que se congratula com todos os esforços que forem feitos em prol do concelho de Mourão. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** que se referiu ao processo de vacinação dos Lares dizendo que não é fácil gerir toda esta situação que se está viver e não gostava de estar no lugar daqueles que têm de tomar decisões, mas é certo que quando se está à frente é-se objeto de críticas e quando corre bem também se é elogiado. Assim, deve a Câmara, a Assembleia Municipal e a Proteção Civil em momento oportuno fazer um balanço do que aconteceu. Como quem não se sente não é filho de boa gente, não pode deixar de referir que certamente houve coisas que não correram bem e que não foram explicadas, como é o caso do que aconteceu no Lar de Mourão. A segunda dose da vacinação no Lar da Luz que deveria ter acontecido num dia só aconteceu dois dias depois e a única explicação



dada foi que se esqueceram. Estamos a tratar de vidas humanas pelo que há que tirar ilações, pois se alguma coisa corre mal a quem vêm pedir explicações é a nós, pelo que lança um repto à Câmara, à Assembleia e à Proteção Civil para que quando isto acabar, se acabar, que sejam responsabilizadas, publicamente ou não, as pessoas que o devem ser, para que não caiam no esquecimento atitudes menos prudentes para com a vida das pessoas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para perguntar se o Município já recebeu alguma participação da parte do governo pelas despesas e investimentos feitos no âmbito do combate à pandemia, e em caso afirmativo de que montante foi? -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, na qualidade de Deputado Municipal, para perguntar se há conhecimento de a GNR já ter autuado alguém por furar o confinamento, e se por acaso alguém que fura as rígidas regras de segurança e proteção que estão instituídas nos Lares, se sofre alguma consequência? -----

--- Dada a palavra **ao Senhor Vice-Presidente da Câmara** este prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- O Município reporta à DGAL as despesas mensais feitas no âmbito do combate e prevenção da pandemia da Covid-19 mas até ao momento ainda não foi recebida qualquer verba. O Município irá também reportar à Segurança Social os investimentos feitos pois teve de se chegar à frente nos apoios para agilizar as medidas sob pena de ser tarde e as mesmas não produzirem os efeitos desejados; -----

- Não tem conhecimento da GNR ter autuado alguém por furar as regras de confinamento, mas também é verdade que isso possa ter acontecido e não ter sido dada essa informação pois não há essa obrigação por parte da GNR. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

## **b) – DECLARAÇÕES DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS E PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO, EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

--- **O Senhor Presidente da Mesa** colocou à discussão a análise a Informação da Câmara Municipal que contém as Declarações em epígrafe, dispensando a sua leitura, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número dois**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra **à Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que o envio destes documentos se trata de uma obrigação legal a que assim se dá cumprimento, colocando-se de seguida à disposição dos Senhores Deputados para prestar os esclarecimentos que entendam necessários. -----



--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** para perguntar relativamente aos recebimentos em atraso que medidas foram tomadas pelo Município no sentido de os recuperar, e que processos, se existirem, estão em contencioso, e deixar um reparo que certas destas situações existem por falta de firmeza nalguns contextos. Relativamente aos pagamentos em atraso há aqui uma parte técnica certamente de fácil explicação, mas que não conseguiu decifrar, para aparecerem verbas idênticas e com a mesma data, de valores até bastante baixos, nomeadamente à EDP. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Dias** para perguntar quais foram os valores que efetivamente foram saldados durante o ano de 2020?

--- Dada novamente a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Havia um diferendo com um arrendatário de um dos lotes da Contenda, por diferença de áreas, as quais foram retificadas e posteriormente celebrado um acordo e um plano de pagamento em prestações das rendas devidas com o referido arrendatário, e que já está pago; -----

- Foram também já recebidas muitas faturas de água, esgotos e saneamento e celebrados muitos plano de pagamento que estão a ser cumpridos; -----

- Foram enviadas pelo gabinete jurídico do Município notificações para que os devedores procedam à regularização das dívidas de água, sob de suspensão do fornecimento, o qual não poderá ocorrer enquanto durar o estado de emergência; -----

- Verifica-se a existência de recebimentos em atraso referentes a rendas da pedreira os quais já não poderão ser recebidos por a empresa ter declarado insolvência, e também uma verba da GESAMB que, entretanto, já foi recebida; -----

- Do montante total dos pagamentos em atraso, a grande fatia (cerca de 178.000 euros), refere-se à dívida às Águas do Alentejo, a qual está inserida num plano de pagamento, aprovado aqui em Assembleia. Relativamente às faturas da EDP também fez a mesma pergunta aos serviços de contabilidade que informaram que uma vez que a mesma fatura é dividida por várias rubricas do orçamento, a mesma é também mencionada várias vezes com a mesma data e número. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

**c) – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (LEI**



**N.º 8/2012), APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/11/2017**

--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa** dispensou a leitura da Informação da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (**documento número três**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que o envio da informação se trata também de uma obrigação legal a que assim se dá cumprimento, colocando-se igualmente à disposição dos Senhores Deputados para prestar os esclarecimentos que entendam necessários. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 19,50 horas, tendo, igualmente, desejado a todos "Boa Noite", e agradecido a sua presença e participação. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 30 de junho de 2021, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Coordenador técnico,